

The background of the entire page is a faded, sepia-toned photograph of a person wearing a hard hat and a safety vest, likely a construction worker. The person is looking down and to the right. The image is semi-transparent, allowing the text to be overlaid.

**CPRT**

COMISSÃO DE POLÍTICA  
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS

# **RADAR** TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC**

Ano 6 – Número 0342 – 12/02 à 16/02/2024

# SUMÁRIO

---

- Destaque da Semana
  - Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
    - Notícias do Executivo
  - Notícias do Ministério Público do Trabalho
  - Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
    - e-Social
    - Outras Notícias
    - Atos Normativos
  - Dados Estatísticos de Fiscalização
- 

## Destaque da Semana

### [Domicílio Eletrônico: edital para empresas se cadastrarem está aberto](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/02/2024

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) informa que o edital nº. 01/2024, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), com os prazos para que todos os empregadores se cadastrem no sistema Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET), já está aberto. As empresas devem realizar o cadastro mesmo que não possuam atualmente empregados registrados.

O DET permitirá a interação eletrônica entre os auditores-fiscais do trabalho e os empregadores, nos diversos processos necessários à operacionalização das questões trabalhistas. Por meio da plataforma, criada pelo MTE, os empregadores terão ciência de quaisquer atos administrativos, ações fiscais, intimações e avisos em geral, por meio da digitalização de serviços, a fim de elevar a segurança e a transparência das informações transmitidas e reduzir a duração do processo e os custos operacionais.

É também por meio do novo sistema que será feito o recebimento de documentação eletrônica exigida do empregador no curso das ações fiscais, conforme estabelecido no Decreto nº. 11.905, de 30 de janeiro de 2024.

## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Transportadora de pequeno porte poderá pagar metade do depósito recursal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/02/2024

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou que a apresentação do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é suficiente para uma transportadora de Natal (RN) demonstrar que é empresa de pequeno porte (EPP) e poder pagar metade do depósito recursal na Justiça do Trabalho. Com isso, o processo retornará ao Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região para julgamento do recurso.

### [Pensão a carpinteiro por incapacidade temporária será mensal, e não em parcela única](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/02/2024

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou indevido o pagamento de pensão vitalícia de uma só vez a um carpinteiro do Consórcio Construtor BRT-Sul, de Brasília (DF), que ficou temporariamente incapacitado para o trabalho após ter o dedo esmagado num acidente. Com isso, ele receberá pensão mensal até o fim da convalescença.

### [TST institui Política de Integridade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/02/2024

O Tribunal Superior do Trabalho instituiu, em janeiro, a Política de Integridade do TST. O objetivo é disseminar a cultura de integridade e promover medidas e ações institucionais para prevenir, detectar e punir atos de quebra de integridade, da ética e da transparência, além de fortalecer a governança e a imagem institucional do Tribunal.

### [Mantida validade de acordo homologado parcialmente para encerrar emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/02/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso da Via S.A. que pretendia a homologação judicial integral de um acordo firmado com um operador de paleteira para a rescisão do contrato de emprego. O juízo de primeiro grau tinha homologado as cláusulas do acordo, exceto a que previa a quitação ampla e irrestrita das verbas rescisórias, que impede a discussão posterior de direitos. Para o colegiado, a decisão tem respaldo legal.

### [MPT não pagará honorários advocatícios após perder ação ajuizada em defesa de pessoa com menos de 18 anos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/02/2024

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou condenação imposta ao Ministério Público do Trabalho (MPT) de pagar honorários após ter perdido uma ação trabalhista contra duas empresa de Nobres (MT). Para o colegiado, o órgão tem legitimidade para atuar em favor de duas filhas com menos de 18 anos de um motorista vítima de acidente de trabalho e agiu nos limites de sua função institucional e com boa-fé.

### [Dias de aviso-prévio a mais aumentam prazo para trabalhador apresentar ação judicial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/02/2024

A Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região julgue o recurso de um motorista cuja reclamação trabalhista contra a Vix Logística S.A., de Juiz de Fora (MG), havia sido rejeitada por ter sido supostamente apresentada fora do prazo de dois anos após o fim do contrato de trabalho. Ocorre que, em razão de erro da empresa, o aviso-prévio terminou três dias depois do previsto em lei, e somente a partir desta data começou a contar o prazo prescricional.

## Notícias do Executivo

### [Inscrições para processo seletivo de bolsista é prorrogado](#)

Fundacentro - 16/02/2024

O cronograma do processo seletivo aberto pela Fundacentro, em conjunto com a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (Senaes), foi prorrogado. As inscrições podem ser realizadas até as 23h59 (horário de Brasília) do dia 21 de fevereiro. Serão selecionados 28 bolsistas para atuarem na implementação do Programa Nacional de Economia Popular, Solidária e Sustentável, no âmbito da saúde e segurança do trabalhador. Intitulado “Trabalho Justo, Digno, Solidário, Saudável e Seguro” (TJD3S), o projeto demanda de perfis profissionais com experiência nas áreas da Tecnologia da Informação, Saúde e Segurança no Trabalho, Comunicação, Gestão Pública, Terceiro Setor, Políticas Territoriais e Agentes Populares.

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Correios assinam acordo com MPT para combater assédio moral](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/02/2024

Um acordo histórico e inédito encerrou a ação civil pública que o Ministério Público do Trabalho (MPT) movia contra a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos envolvendo denúncias de assédio moral organizacional. O documento foi assinado na tarde desta quinta-feira (15), na sede do MPT em Salvador, em solenidade que teve a presença do presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos, além de procuradores que atuam no caso e do juiz titular da vara onde a ação tramita. A empresa se comprometeu a indenizar a sociedade em R\$ 1,5 milhão e a adotar uma ampla política de prevenção e combate a todo tipo de prática que possa afetar a saúde mental de seus empregados.

## Outras Notícias

### [Ação de vínculo de emprego em contrato autônomo deve passar pela Justiça comum](#)

Consultor Jurídico - 18/02/2024

A competência para julgar ação indenizatória que se baseia na alegação de desvirtuamento de um contrato de natureza autônoma, ainda que com o objetivo de reconhecer vínculo de trabalho, é da Justiça comum. Com esse entendimento, a ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, declarou a Justiça Estadual como a competente para julgar uma ação ajuizada por uma particular contra uma empresa de comércio e locação de contêineres.

### [Prescrição trabalhista da pretensão de parcelas de trato sucessivo não garantidas por lei](#)

Consultor Jurídico - 17/02/2024

Devido à natureza continuada do contrato de trabalho, a maioria das parcelas trabalhistas postuladas em juízo é de trato sucessivo. Esse tipo de parcela carrega um intrincado problema relativo à prescrição. O inadimplemento de uma parcela coloca o devedor à mercê da cobrança até quando? Até quando o devedor deve suportar a espada de Dâmoques?

### [Juiz manda INSS restabelecer aposentadoria de homem com doença psiquiátrica](#)

Consultor Jurídico - 16/02/2024

Por constatar que o quadro de incapacidade para o trabalho ficou comprovado pela perícia médica, o juiz Diogo da Mota Santos, da 1ª Vara-Gabinete do Juizado Especial Federal de Limeira (SP), condenou o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a restabelecer a aposentadoria por invalidez de um homem diagnosticado com doença psiquiátrica.

## [O futuro legislativo da desoneração da folha de pagamentos](#)

Consultor Jurídico - 16/02/2024

O PL 334/2023, de autoria do deputado Efraim Filho, propunha a extensão do prazo da desoneração da folha de pagamentos — que encerraria em 2023 — por mais quatro anos. Apesar da sua serena tramitação pelas duas Casas do Congresso, ele foi recebido com um veto integral pelo presidente da República, não obstante o apoio insuspeito das lideranças parlamentares aliadas ao governo federal durante as votações.

## [A concessão do intervalo intrajornada e suas consequências](#)

Consultor Jurídico - 16/02/2024

A concessão de intervalos ou de períodos de descanso aos empregados é uma obrigação do empregador que tem como objetivo evitar a fadiga física e mental e reduzir os acidentes do trabalho, além de garantir a participação do trabalhador na vida familiar, social e política.

## [Entregador que mentiu em ação trabalhista é condenado por litigância de má-fé](#)

Consultor Jurídico - 14/02/2024

Considerando que o autor da ação usou argumentos inverídicos, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) rejeitou a pretensão de um entregador que buscava vínculo de emprego com um posto de combustíveis que utilizava aplicativos para vender seus produtos, e ainda multou o trabalhador por litigância de má-fé.

## [STF anula decisão que ignorou suspensão e incluiu empresa em execução trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 14/02/2024

Por constatar violação à suspensão do processamento de demandas relacionadas ao tema, o ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal, anulou uma decisão sobre inclusão de empresas em execução trabalhista e ordenou a paralisação da ação até o final de um julgamento com repercussão geral na Corte.



## [TRT-1 veda exigência de garantia da execução sem contraditório](#)

Migalhas - 17/02/2024

A 5ª turma do TRT da 1ª região decidiu que exigir que o executado realize a garantia à execução sem ter o direito de impugnar os cálculos antes da homologação viola os princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

## [Entidades participam de ato em defesa da Justiça do Trabalho](#)

Migalhas - 16/02/2024

Dezenas de entidades em todo o país estão organizando atos simultâneos em defesa da competência da Justiça do Trabalho, programados para o dia 28 de fevereiro. A OAB/SP, que desempenha um papel ativo na organização do movimento na capital paulista, destaca que o objetivo é chamar a atenção da sociedade civil para a importância do respeito aos direitos trabalhistas e para os riscos decorrentes da perda de arrecadação fiscal e previdenciária, com a validação, pelo STF, de contratações declaradas fraudulentas pelos tribunais trabalhistas.

## [Pedreiro chamado de “porco” pelo superior será indenizado por empresa](#)

Migalhas - 15/02/2024

Pedreiro chamado de “porco” por superior hierárquico receberá danos morais de R\$ 3 mil de empresa. Decisão é do juiz do Trabalho Marcel Luiz Campos Rodrigues, da vara do Trabalho de Conselheiro Lafaiete/MG, que visualizou ofensa à honra e à dignidade do trabalhador. Consta dos autos que o episódio aconteceu em março de 2022, enquanto o pedreiro fazia um serviço de concretagem.

## [STF decidirá em plenário físico se empresa do mesmo grupo entra em execução](#)

Migalhas - 14/02/2024

STF vai decidir, em plenário físico, se empresa de mesmo grupo econômico pode ser incluída em fase de execução de condenação trabalhista, mesmo sem ter participado da fase de produção de provas e julgamento da ação. O julgamento seria retomado em plenário virtual na sexta-feira, 9, mas foi destacado pelo próprio relator, ministro Dias Toffoli.

## [Segurança do trabalho: valor recuperado pela AGU com ações regressivas cresce 10% em 2023](#)

Revista Proteção - 15/02/2024

A Advocacia-Geral da União (AGU) obteve na Justiça, ao longo de 2023, o ressarcimento aos cofres públicos de R\$ 66 milhões referentes a gastos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) com pagamento de benefícios relacionados a acidentes de trabalho. O valor representa um aumento de 10% em comparação ao montante obtido com ações regressivas previdenciárias no ano anterior.

## [Setor da construção cria força-tarefa contra dengue no DF](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/02/2024

Entidades do setor da construção deram início nesta sexta-feira (16) a uma força-tarefa com empresas e funcionários para prevenção e combate à dengue, no Distrito Federal, onde 23 mortes já foram confirmadas por causa da doença. Equipes de segurança do trabalho vão realizar vistorias, ministrar palestras e disponibilizar cartaz digital para conscientização nos canteiros de obras, para que os locais não se tornem propícios para proliferação do mosquito *Aedes aegypti*.

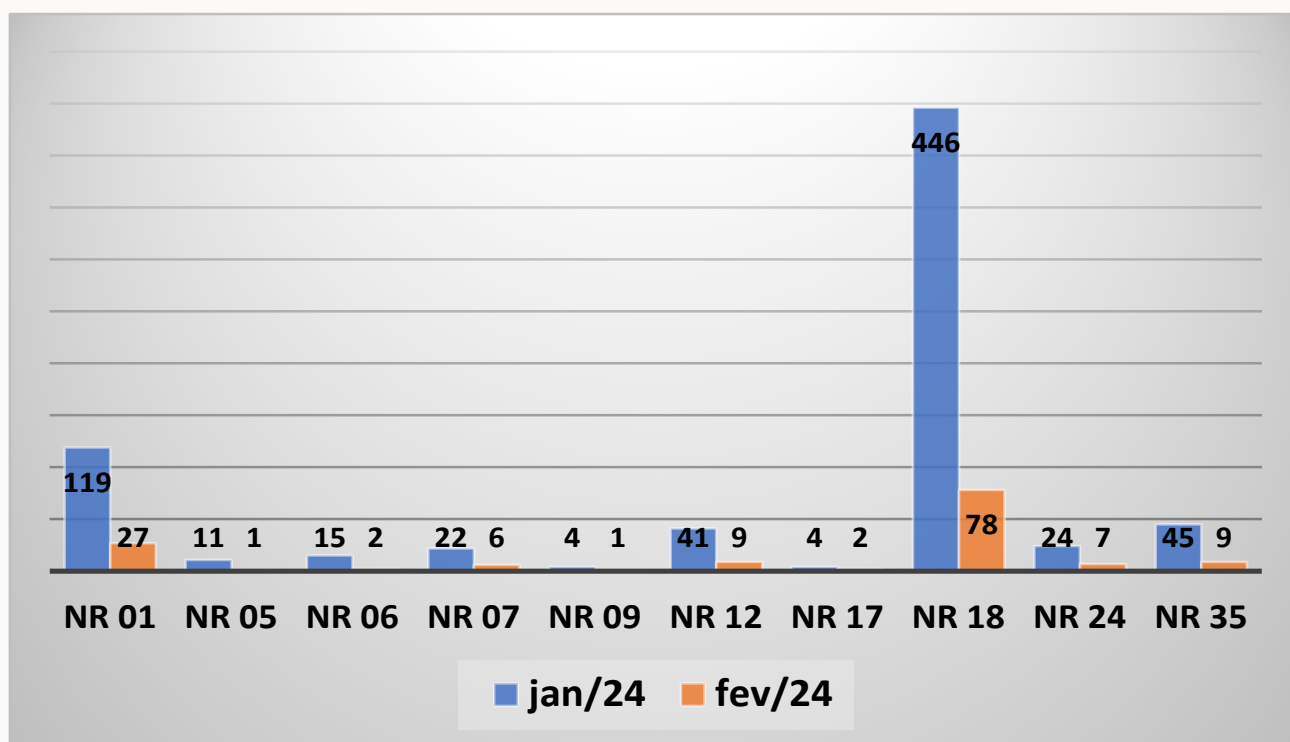
## Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.174, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 16/02/2024 Seção I Pág. 35) - Altera as tabelas progressivas constantes dos Anexos II a IV e VII da Instrução Normativa RFB nº 1.500, de 29 de outubro de 2014, que dispõe sobre normas gerais de tributação relativas ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas.

[PORTARIA Nº 24, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2024](#) (DOU de 16/02/2024 Seção I Pág. 59) - Cria a Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero e o respectivo Conselho Editorial.

## Dados Estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2024 (jan-fev):



Fonte: Radar SIT - Autuações

# EXPI **EXPEDIENTE**

---

## **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*Renato de Sousa Correia*

*Presidente*

## **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Ricardo Dias Michelin*

*Vice-Presidente da CPRT*

*Gabriela Serafim*

*Gestora de Projetos da CPRT*

## **Queiroz Neto Advogados**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

## **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*